

## **A indústria de cutelarias em Guimarães: um património a conhecer e a valorizar**

José Manuel Lopes Cordeiro<sup>(a)</sup>, Francisco S. Costa<sup>(b)</sup>

<sup>(a)</sup> Universidade do Minho, CESNOVA/CICS, Portugal, jmlopes.cordeiro@gmail.com

<sup>(b)</sup> Universidade do Minho, CEGOT, Portugal, costafs@geografia.uminho.pt

### **Resumo**

Nos finais do século XIX, o sector das cutelarias, uma das actividades industriais que durante séculos, e até hoje, marcaram o concelho de Guimarães, iniciou o seu processo de industrialização no âmbito do qual se registou um relativo aperfeiçoamento técnico e se fundaram algumas fábricas modernas. Um dos problemas que então se colocava dizia respeito ao da força motriz necessária para o accionamento destas fábricas. Este problema resolveu-se através da instalação de aproveitamentos hidráulicos e/ou da adaptação de outros já existentes, os quais vieram a garantir o fornecimento da energia necessária ao accionamento daquelas unidades. Com esta comunicação procura-se apresentar alguns exemplos desse processo, assim como do património que lhe está associado, procurando igualmente chamar a atenção para a necessidade de se aprofundar o conhecimento do património da indústria de cutelarias em todas as suas vertentes, e de se implementarem medidas para a sua salvaguarda e valorização.

**Palavras-chave:** Indústria de cutelaria, Guimarães, energia hidráulica, património industrial

### **1. Introdução**

Após épocas de considerável prosperidade, embora no âmbito de uma actividade artesanal, em meados do século XIX a cutelaria vimaranense encontrava-se numa situação de estagnação. Fontes indirectas dizem-nos que nessa época, precisamente no ano de 1852, a indústria de cutelaria vimaranense “*atravessou uma crise assustadora*” (Braga, 1953: 439). Esta situação não passou despercebida aos relatores da Exposição Industrial de 1884, os quais então consideraram que a cutelaria tinha definhado de tal modo que parecia estar condenada a desaparecer (Meira e Sampaio, 1884: 32). Embora, de acordo com estes autores, se tenha então iniciado um processo de recuperação, este não só se processou de uma forma muito lenta como foi incapaz de introduzir inovações susceptíveis de alterar os métodos tradicionais então utilizados, assim como os sistemas produtivos e organizativos das oficinas, ou seja, passar do estado artesanal ao fabril. A situação descrita não era, contudo, exclusiva da indústria de cutelaria. Ela caracterizava os outros sectores industriais vimaranenses, como têxtil e os curtumes, embora o primeiro comesse, a partir de então, a registar o surgimento de unidades produtivas modernas que, verdadeiramente, iniciaram o processo de industrialização a nível local e, de um modo geral, na Bacia do Ave. Este modesto panorama industrial que marcava a indústria de cutelarias vimaranense reflectia, em primeiro lugar, as características sócio-económicas da região em que se inseria, baseadas numa agricultura de subsistência, actividades artesanais de baixo rendimento, uma população com débeis índices de alfabetização, poucos recursos e, conseqüentemente, dispendo de um reduzido nível de vida. As oficinas de cutelaria constituíam unidades de pequeníssimas dimensões, de características tradicionais, muito pouco capitalizadas, que apenas permitiam uma difícil sobrevivência aos seus proprietários. Deste modo, era problemática a introdução de inovações tecnológicas

ou novas formas de organização da produção, uma vez que a manutenção deste tipo de actividade impossibilitava uma acumulação de capital capaz de proporcionar um processo de modernização industrial. A indústria de cutelarias vimaranense irá, por conseguinte, evoluir muito lentamente, conservando no essencial, ainda durante algumas décadas, as suas características artesanais, entres as quais se destacava o sistema de indústria ao domicílio.

## **2. Um lento processo de industrialização**

O processo de recuperação da indústria cutelarias vimaranense que os relatores da Exposição Industrial de 1884 referem ter-se então iniciado irá beneficiar de dois factores que, embora modestamente, não deixaram de exercer alguma influência: o melhoramento dos transportes, principalmente com a chegada do caminho-de-ferro a Guimarães, precisamente em 1884, e o agravamento dos direitos alfandegários sobre as cutelarias de importação, embora este último factor tenha de ser considerado de uma maneira parcimoniosa. A chegada do caminho-de-ferro terá contribuído para um mais fácil aprovisionamento de matérias-primas (na sua maior parte provenientes do Porto), contribuindo para o seu embaratecimento e, seguramente, que também facilitou o envio dos produtos manufacturados, embora simultaneamente tenha também permitido a chegada de produtos similares de outras proveniências, o que favorecia a concorrência e poderia constituir um eventual incentivo para a melhoria da qualidade das cutelarias vimaranenses.

No que respeita à protecção pautal verifica-se que após uma diminuição ocorrida nas décadas de 1860 de 1870 – o que, em parte, poderá explicar a situação de estagnação industrial referida pelos relatores da Exposição Industrial de 1884 durante este período<sup>1</sup> –, nas duas décadas seguintes aquela aumenta consideravelmente, chegando a atingir o exorbitante valor de 50,22%, sem dúvida uma consequência directa da Pauta Alfandegária de Maio de 1892. De acordo com os dados publicados por Paul Bairoch, tanto em 1875 como em 1895, as tarifas portuguesas sobre certas manufacturas eram das mais altas da Europa (Reis, 1984: 12-13), o que reduz consideravelmente a hipótese da concorrência estrangeira ter afectado o desenvolvimento do sector das cutelarias. No entanto, importa matizar os reais efeitos deste armamento pautal, uma vez que é necessário levar em consideração as características do mercado interno, bastante exigente nos preços dos produtos em virtude do débil poder aquisitivo da maioria dos consumidores. Deste modo, apesar do seu preço mais elevado, as cutelarias estrangeiras poderiam exercer, de facto, algum efeito nos mercados mais sofisticados, como os de alguns centros urbanos – ainda que, mesmo neste caso, de uma forma pouco acentuada –, mas tal não se verificava nos tradicionais mercados onde acorriam as cutelarias vimaranenses, nomeadamente as feiras, que então constituíam os principais locais de abastecimento de grande parte da população. A existirem os efeitos desta exagerada

---

<sup>1</sup> Situação que na mesma época se registou em Espanha e, em particular, em Albacete, um importante centro de produção de cutelarias nos pais vizinho: “*em meados do século XIX, a incidência da concorrência da cutelaria estrangeira em Espanha era esmagadora, causando assim o declínio de muitas oficinas; ainda que os albacetenses tivessem podido manter-se bem até 1856, acabaram por se ver forte e negativamente afectados*” (Sánchez Ferrer: 17). No caso português, seria necessário estudar a evolução da importação da cutelaria estrangeira durante este período a fim de se formular uma ideia precisa acerca do seu efeito na indústria nacional.

protecção da indústria de cutelaria, estes contribuíram apenas para que a concorrência das cutelarias importadas se exercesse de uma forma limitada, diminuindo também o incentivo para que os fabricantes vimaranenses procurassem melhorar a qualidade dos seus produtos, quer pela introdução de inovações tecnológicas, quer através de novos métodos de organização da produção.

### 3. Um factor essencial: a energia hidráulica

Para além destes factores é necessário referir ainda um outro que irá desempenhar um papel importante: a energia hidráulica. De facto, na indústria de cutelaria, a obtenção da força motriz provinha – ainda em 1918, e assim permanecerá nas décadas seguintes – do aproveitamento da energia hidráulica (Sousa, 1918: 120). Um dos casos mais bem documentados relativo a esta época é o do industrial Augusto Inácio da Cunha Guimarães, então proprietário de uma fábrica de cutelarias e, também, de produção de pentes – duas indústrias que, numa lógica de economia de escala, se encontravam frequentemente associadas, uma vez que utilizavam a mesma matéria-prima – hastes de gado bovino –, embora para diferentes fins, cabos de cutelarias e pentes. Em 1918, Augusto Inácio da Cunha Guimarães “*procedeu à elevação e ampliação do antigo edifício da sua fábrica (Figura 1) – localizada em Pisão, Caldas de Vizela (São João) –, reconstruindo o açude e alargando as golas das rodas hidráulicas, numa obra que marcou a paisagem industrial daquela vila*” (Costa, 2008: 539).

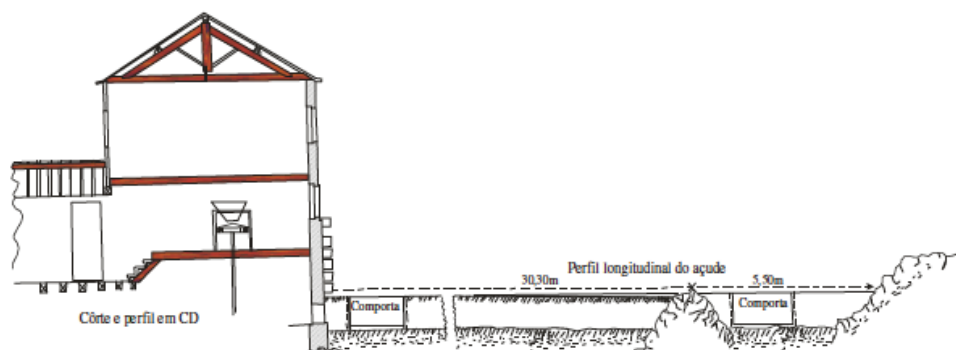


Figura 1 – Projecto relativo ao pedido de licenciamento para obras no edifício e aproveitamento hidráulico da Fábrica de Augusto Inácio da Cunha Guimarães, na margem esquerda do rio Vizela. Extraído e adaptado do original do arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente. Fonte: Costa, 2008: 540.

Em relação à utilização da energia a vapor, exceptuando o caso precoce e efémero do arrojado empresário que em 1874 instalou, num edifício expressamente construído para esse fim, a primeira fábrica mecânica que se estabeleceu no concelho de Guimarães – a Fábrica de Cutelaria e Fundação a Vapor de Joaquim José de Oliveira e Silva Guimarães – o sector da indústria de cutelarias vai desconhecer quase por completo essa forma de energia. De facto, por motivos que se prendem com a escassez de capital para a instalação dos equipamentos, e pelo elevado custo que representava a aquisição do combustível (importado) para accionar as máquinas a vapor, o sector vai aproveitar intensamente a energia hidráulica, de tal modo que, na Exposição Industrial e Agrícola de

1923, são apenas referidas duas fábricas que utilizavam a energia a vapor e, apenas de um modo parcial, provavelmente durante o verão, quando o caudal dos rios não era suficiente para produzir a energia necessária ao seu accionamento. São elas, a Fábrica mecânica de cutelaria de José Francisco da Silva & Filhos (marca 5), fundada em 1882 e que se manteve em laboração quase até aos nossos dias, e a Fábrica mecânica de cutelarias e niquelagem de Joaquim Ribeiro de Moura (que irá herdar a marca 35), a qual se presume ter sido fundada em meados do século XIX, embora no papel timbrado da empresa apontasse a data de 1789 como a da sua fundação.

O desenvolvimento da indústria de cutelaria vimaranense registado a partir das primeiras décadas do século XX manteve o seu ritmo lento, sem grandes alterações nos domínios da tecnologia utilizada ou da forma de organização do trabalho. São escassas as informações concretas sobre como se terá efectuado esse desenvolvimento, mas uma conclusão que se pode retirar, tendo em consideração o estado da indústria algumas décadas mais tarde, é que as transformações não foram significativas. O sector cresceu essencialmente de uma forma quantitativa, com o surgimento de novas unidades, que seguiam os tradicionais métodos de produção até então utilizados, como pôde então ser observada na Exposição Agrícola e Industrial realizada de 6 a 8 de Agosto de 1910. Também do ponto de vista energético, o principal recurso utilizado continuava a ser a energia hidráulica, adaptando frequentemente aproveitamentos já existentes, como azenhas e engenhos de linho ou de serração, e transformando-os em oficinas e fábricas de cutelaria, havendo por vezes necessidade de ampliar aquelas com a construção de instalações anexas, a fim de possibilitar a laboração. Analisando a documentação da época relativa à concessão de autorizações para o aproveitamento energético da água do rio Ave e seus afluentes – principalmente o Selho, Febras e Vizela –, surgem-nos inúmeros pedidos de industriais de cutelaria, como o de Simão Eduardo Alves Neves, que em 1920 solicitou uma “*licença para a construção duma casa, destinada ao fabrico de cutelaria e a reparação dum açude da sua azenha sendo o maquinismo accionado com uma nova roda hidráulica, abrindo um canal para esse efeito*” (Costa, 2008: 535). É também o caso da “*empresa Marques & Mendes, de Briteiros (Santo Estêvão) que em 1920 apresentou um pedido para instalar um rebolo de amolar cutelaria sobre canal antigo de engenho de triturar linho, tendo, no entanto, pouco tempo depois desistido dessa pretensão*” (Costa 2008: 536), ou da “*empresa de José Francisco da Silva Filho & Genro, de Creixomil, que em 1932 formulou um pedido para extrair água do rio Selho, por meio de uma bomba, movida por uma das rodas hidráulicas da sua fábrica de cutelaria, sendo a água destinada ao uso da mesma*” (Costa, 2008: 536).

A utilização da energia hidráulica manteve-se até muito tarde, mesmo após o surgimento da possibilidade de utilização da energia eléctrica. A título de exemplo, citemos o caso de “*Manuel Freitas Ribeiro Guimarães, de Prazins (Santa Eufémia), que em 1959 requereu a manutenção da sua fábrica de cutelarias (Figura 2), movida por uma roda hidráulica que desenvolve com motor de 15 CV, na margem esquerda do rio Ave*” (Costa, 2008: 537-8).

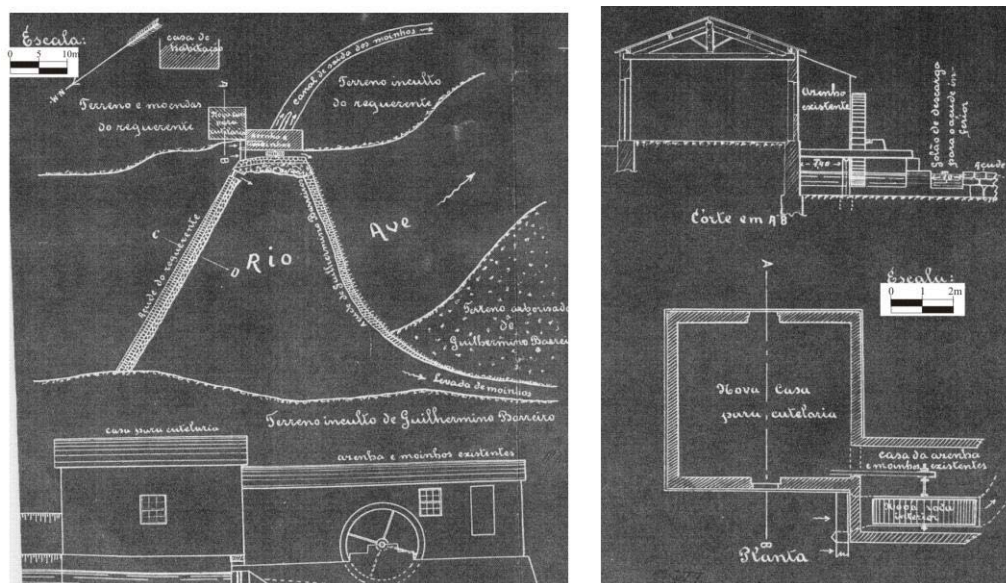


Figura 2 – Projecto relativo ao pedido de Simão Eduardo Alves Neves para licenciamento da construção de uma casa destinada ao fabrico de cutelaria, na margem esquerda do rio Ave [Cirurgião, Souto (S. Salvador), Guimarães, 1920] Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente: Fonte: Costa, 2008: 536.

No que respeitava à utilização da energia eléctrica – proveniente da Central do Lindoso –, esta começou a ser utilizada a partir do início da década de 1930, generalizando-se a partir da década seguinte como, por exemplo, nos confirma António da Silva Fertuzinhos, que em 1943 solicitou a instalação de um dínamo em moinho, a fim de produzir energia eléctrica para iluminação de habitação e da sua oficina de cutelaria, localizada em Sande (São Clemente).

#### 4. As mudanças da década de 1960

A adesão de Portugal à Convenção que instituiu a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), em 4 de Janeiro de 1960, proporcionando a possibilidade de aumentar consideravelmente as suas exportações para os mercados dos países membros, obrigava a um desenvolvimento da estrutura produtiva nacional a fim de se aproveitarem satisfatoriamente as novas condições criadas e assim responder àquele desafio. Deste modo, tornava-se imperativo dar continuidade ao processo de reorganização e concentração das indústrias existentes, que tinha sido o objecto da Lei nº 2 005, mas cuja concretização, em virtude de diversos condicionalismos, não se desenrolara com o ritmo inicialmente previsto, para grande mágoa do próprio Eng.º Ferreira Dias.

No entanto, durante a década de 1960, a indústria de cutelarias irá conhecer uma tentativa de reorganização, através da concentração das fábricas e oficinas em unidades fabris de maior rendimento económico e perfeição técnica (Cordeiro, 2014: 72). Esta medida integrava-se também na necessidade de corresponder às novas condições de exportação para os novos mercados decorrentes da entrada de Portugal na EFTA.

No início da década de 1970 surgiram dificuldades de exportação para as colónias, principalmente para Angola, em virtude das medidas de fomento e de protecção da produção industrial daqueles territórios. Simultaneamente

procurou-se aumentar a exportação para o mercado europeu, com o apoio do Fundo de Fomento da Exportação. Foi durante este período que se criaram as condições para o desenvolvimento que o sector veio a registar após o 25 de Abril, através da constituição de novas empresas e de uma melhoria do apetrechamento tecnológico de algumas das existentes.

## 5. Conclusão

As novas condições que se instalaram na sociedade portuguesa após o 25 de Abril de 1974 provocaram consideráveis alterações na indústria de cutelarias, tanto a nível sindical como no sector patronal registando-se, neste último, a criação da Associação Nacional dos Industriais de Cutelarias, em 28 de Outubro de 1975. Na área envolvente de Caldas das Taipas – que se transformará no principal centro produtor do concelho – concentraram-se a quase totalidade das unidades fabris, actualmente com mais de 600 postos de trabalho directos e um significativo volume de negócios, destinando-se à exportação a maior parte da sua produção. As Caldas das Taipas constituem hoje o principal pólo produtor de cutelarias de mesa da Europa, estando os seus produtos na mesa de 10% dos europeus, gerando igualmente um significativo património que importa conhecer e valorizar.

## 6. Bibliografia

- Braga, A. V. (1953), "Curiosidades de Guimarães. XV – Guimarães nas Exposições Nacionais e Internacionais", *Revista de Guimarães*, Guimarães, LXIII (3-4): 307-460.
- Cordeiro, J. M. L. (2014), "Guimarães: A Tradição das Cutelarias", in AA. VV. (2014), *Guimarães: A Tradição das Cutelarias*. Guimarães: Associação Comercial e Industrial de Guimarães, pp. 25-100.
- Costa, F. S. (2008), *A Gestão das Águas Públicas: o caso da bacia hidrográfica do rio Ave no período 1902-1973*. [Braga: s.n.], Dissertação de Doutoramento em Geografia – Ramo de Geografia Física e Estudos Ambientais apresentada à Universidade do Minho, não publicada.
- Meira, J. J., Sampaio, A. (1884), *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884*. Porto: Tip. de António José da Silva Teixeira (Reedição fac-similada da responsabilidade da Muralha – Associação de Guimarães para a Defesa do Património).
- Reis, J. (1980), "O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913) ", *Análise Social*, Lisboa, XX (80): 7-28.
- Sánchez Ferrer, J. (2007), *La Cuchillería de Albacete en la Época de la Primera Mecanización de los Talleres*. Albacete: Altabán Ediciones.
- Sousa, H. S. C. (1918), *Monografia sobre a Indústria de Cutelaria*. Lisboa: Imprensa Nacional (*Boletim do Trabalho Industrial*: 114).